

Handwritten signature: Rosalinda
Handwritten signature: Heald

HUMANITAS

Federação Portuguesa para a Deficiência Mental



RELATÓRIO ATIVIDADES

2017

HUMANITAS
Praça de Londres, 9 - 4º Esq.
1000-192 Lisboa
Telef: 21 8453510
humanitas@humanitas.org.pt
www.humanitas.org.pt

NOTA INTRODUTÓRIA

A missão da HUMANITAS tem vindo a desenvolver-se em torno de uma estratégia aberta aos contributos de todas as suas filiadas, assente nos seus objetivos e na manutenção, no essencial, da sua estrutura organizacional.

O Relatório de Atividades e Contas de 2017 traduz-se na demonstração dos atos de gestão associativa desenvolvidos pela Direção, no contexto da concretização do Plano de Atividades de 2017.

As atividades levadas a cabo comprovam a existência de uma forte vontade de participação na reflexão e influência das políticas e direitos em prol da Pessoa com Deficiência Intelectual mas, nem sempre, com os resultados esperados.

O ano de 2017 não deixou de ser mais um ano com enormes obstáculos e dificuldades para as organizações, com problemas de funcionamento ligados essencialmente ao financiamento e indefinição ao nível de algumas respostas sociais /unidades.

Apesar disso o balanço da atividade desenvolvida não deixa de ser positivo.

Não podemos deixar de registar, com imensa satisfação, os resultados obtidos no âmbito dos projetos cofinanciados pelo INR, pela participação ativa na definição de políticas nacionais, na Comissão de Acompanhamento dos Centros de Recursos para a Inclusão, no Fórum para a Integração Profissional, na participação ativa no Observatório da Deficiência e Direitos Humanos e no Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Temos consciência que ainda ficou muito por realizar.

Assim, queremos submeter à vossa apreciação e votação da Assembleia Geral o Relatório de Atividades e Contas do ano 2017.

i ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)

– Manteve o relacionamento com o Instituto, no âmbito do Fórum para a Integração Profissional, tendo igualmente prosseguido com o trabalho de parceria com as organizações congéneres – FORMEM, FENACERCI e FAPPC, com vista a influenciar as políticas públicas nas áreas da Formação Profissional e Emprego de PCDI;

Participou em inúmeras reuniões, nomeadamente:

- Nas que foram promovidas pelo I.E.F.P, e que tiveram como objetivo, acompanhar a execução das políticas de emprego e formação profissional dirigidas às pessoas com deficiências e incapacidades.

- Na que se realizou com o Sr. Presidente da Comissão Diretiva do POISE, no âmbito do processo deste Programa Operacional.

- Nas do Grupo de Trabalho - Pessoas Vítimas de Traumatismo Crânio-Encefálico e outra Lesão Cerebral Adquirida onde continua a acompanhar, monitorizar o desenvolvimento da implementação do Projeto Piloto de Reinserção Profissional, em conjunto com as restantes Federações representadas no Fórum e as Entidades que se encontram a implementar a Nova Metodologia de intervenção.

- Nas que se realizaram entre as organizações que integram o Fórum para a Integração Profissional, e que visavam a preparação de ações concertadas e a tomada de posições conjuntas no âmbito da Formação e Emprego das Pessoas com Deficiência. Muito deste trabalho é do vosso conhecimento uma vez que foram divulgados inúmeros comunicados sobre o mesmo.

- Nas das Organizações, que constituem o Fórum para a Integração Profissional, com a Presidência da República – Assessora para os Assuntos Sociais, Sociedade e Comunidade, com o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, com o Sr. Secretário de Estado da Coesão e Desenvolvimento, o Presidente do POISE, a Deputada do Parlamento Europeu Ana Gomes e com os diversos Grupos Parlamentares

com assento na Assembleia da República. Estas reuniões que ocorreram durante todo o ano de 2017 tiveram como finalidade apresentar os constrangimentos que têm estado a acontecer relativamente ao financiamento das ações de formação profissional.

- Participou ainda na Cerimónia de entrega da Marca Entidade Empregadora Inclusiva.

Direcção-Geral
de Educação
(DGE)

- Continuou a participar ativamente na Comissão de Acompanhamento dos CRI, procurando, em conjunto com as outras federações que dela fazem parte, aprofundar o trabalho sobre a definição de qual deve ser o enquadramento legal dos CRI, no sistema educativo e o seu papel após a revisão do 3/2008, bem como estabelecer o modelo de funcionamento e financiamento dos mesmos.

- Continuou igualmente a participar no Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Projetos Piloto dos CRI, no âmbito da Comissão de Acompanhamento, procurando, em conjunto com as outras Federações, monitorizar a sua implementação nos agrupamentos e centros de recursos em fase de experimentação de um novo modelo de funcionamento e financiamento.

- No âmbito das competências da Federação, na Comissão de Acompanhamento dos CRI e do Projeto Piloto, a decorrer no ano letivo 2017/18, e tendo em vista o apoio e a defesa do direito de todas as crianças à inclusão na escola bem como os interesses das nossas filiadas, solicitamos às mesmas informações sobre os planos de ação dos CRI visando apurar quais os critérios encontrados para a sua aprovação.

- No sentido de contribuir para o debate público e influenciar a proposta de alteração ao Decreto-Lei nº 3/2008 sobre esta matéria, a HUMANITAS elaborou um documento, que foi enviado à DGE, resultante da consulta às suas filiadas.

Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

- Participação no Mecanismo Nacional para a Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em representação da Comissão para a Deficiência - Artigo 33º - no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros nº 68/2014 de 21 de novembro, as atividades iniciais focaram-se na elaboração de um regulamento, plano de atividades e orçamento, para além de outros assuntos relativos à organização administrativa.
- Desenvolvimento de pareceres e recomendações sobre diversas matérias: Reconhecimento da Língua Gestual Portuguesa como Língua de pleno direito; PSI – Prestação Social para a Inclusão; MAVI – Modelo de Apoio à Vida Independente; Proposta de Lei do Maior Acompanhado; Proposta de alteração do Decreto de Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro-Regime Geral da Inclusão Escolar; Projeto de Lei 461/XIII e 455/XIII Alusivos ao regime Jurídico de licença de parentalidade e Follow-up das Observações Finais ao relatório do Estado Português (Enviado ao Comité dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Instituto Nacional para a Reabilitação (INR)

- Procedeu ao envio de pedido de clarificação do Decreto-Lei nº307/2003, de 10 de dezembro, que aprovou o Cartão de Estacionamento para pessoas com deficiência condicionadas na sua mobilidade, solicitando intervenção para a criação de um cartão de estacionamento para os veículos ao serviço das instituições de apoio a pessoas com deficiência ou incapacidade, no sentido de estes serem autorizados a estacionar nos locais a isso destinados, quando transportem pessoas com mobilidade reduzida.
- Participou no processo de consulta pública do Regulamento de Apoio ao Funcionamento das ONGPD
- Tem consolidado o relacionamento com o Instituto, no âmbito dos grupos de trabalho em que a Federação foi convocada a intervir.
- Procedeu à apresentação e desenvolveu Projetos, no âmbito do Programa de Financiamento a Projetos do Instituto, nomeadamente, nas áreas do Apoio Ocupacional a Pessoas com Deficiência e Recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa.

- Apoio ao Funcionamento

A HUMANITAS assinou Protocolo de Cooperação com o Instituto Nacional para a Reabilitação - INR, para o Apoio ao Funcionamento - 2017. A comparticipação financeira recebida do INR foi no montante de 24.182,49€. O Total do montante imputado a este centro de custo foi no valor de 33.406,44€

- Apresentamos ao INR – Instituto Nacional para a Reabilitação - no âmbito do Programa de Financiamento a Projetos 2017, os seguintes Projetos:

Instituto
Nacional para
a
Reabilitação
(INR)
(cont.)

- **Projeto nº 112/2017 – “Apoio Ocupacional a Pessoas com Deficiência – Desafios e Oportunidades”** cofinanciado pelo Instituto em 60%, no montante de 4.889,85€ e o restante 40% pela Federação, perfazendo assim o total de 8.149,75€.

Um dos objetivos deste projeto, muito para além de dar resposta aos problemas concretos das associadas, permitiu desencadear reflexões e questionar práticas e conceitos e possibilitou o envolvimento das filiadas quer no apoio à logística dos eventos, quer com os seus contributos para a reflexão nos diferentes Encontros.

Foram realizados três Encontros – Viseu, Portalegre e Porto.

Gostaríamos de deixar um agradecimento especial à APPACDM de Viseu, APPACDM de Portalegre e APPACDM do Porto, no apoio inexecidível na organização dos mesmos.

- **Projeto nº 293/2017 - “Recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa”** cofinanciado pelo Instituto em 60%, no montante de 5.690,59€ e o restante 40% pela Federação, perfazendo assim o total de 9.484,32€.

Este Projeto culminou com a realização de um Encontro em Lisboa, na Faculdade de Motricidade Humana e contou com uma parceria que foi desenvolvida com a UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Lista das Organizações presentes nos Encontros – 2017

	INSTITUIÇÃO	I Encontro 30 Maio - Viseu	II Encontro 26 Setembro Portalegre	III Encontro 15 Dezembro Porto	Encontro Tecnologias 20 Novembro Lisboa
1-	APPACDM Aveiro				X
2-	APPACDM Castelo Branco		X		
3-	APPACDM de Castelo Paiva			X	
4-	APPACDM Coimbra	X		X	
5-	APPACDM Elvas		X		
6-	APPACDM Évora	X	X	X	X
7-	APPACDM Figueira da Foz				
8-	APPACDM Fundão				
9-	APPACDM Lisboa		X		X
10-	APPACDM Marinha Grande				
11-	APPACDM Moura				X
12-	APPACDM Portalegre	X	X		
13-	APPACDM Porto	X		X	
14-	APPACDM Santarém	X	X	X	X
15-	APPACDM Setúbal		X		X
16-	APPACDM Trofa	X		X	
17-	APPACDM Viana do Castelo	X		X	
18-	APPACDM Vila Nova de Gaia			X	
19-	APPACDM Vila Nova Poiares	X			
20-	APPACDM Sabrosa	X			
21-	APPACDM Viseu	X		x	

22-	APPACDM Albergaria A Velha	X			
23-	CEDEMA	X			X
24-	CEERIA	X			X
25-	APPACDM Covilhã	X			
26-	IRIS				
27-	MADI Vila Conde				
28-	ARCIL	X			
29-	NÓS		X		
30-	APPACDM Valpaços				
31-	A2000	X			
32-	ASSOL	X	X	X	X
33-	APPACDM Maia	X		X	
34-	CASCI				
35-	Fundação Irene Rolo		X		

Resultados dos Questionários de Avaliação – 2017

	I Encontro 30 Maio - Viseu			II Encontro 26 Setembro Portalegre			III Encontro 15 Dezembro Porto			Encontro Tecnologias 20 Novembro Lisboa		
	Bom	Regular	Fraco	Bom	Regular	Fraco	Bom	Regular	Fraco	Bom	Regular	Fraco
A. Intervenientes	70,8%	28,2%	0,5%	66,5%	31,8%	1,6%	64,5%	34%	1,50%	55,4%	44,6%	0%
B- Organização	79,7%	18,9%	1,4%	76,3%	22,9%	0,4%	67%	33%	0%	68,5%	31,5%	0%
C- Avaliação Global	98%	2%	0%	95,9%	4,1%	0%	87,5%	12,5%	0%	75%	25%	0%

Portalegre – 26 setembro 2017



R
Rosário
Vieira
Silva

Porto – 15 dezembro 2017



Projeto - Recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa

20 Novembro 2017



Resultado dos Projetos - 2017 - Publicação de Brochuras



DESAFIOS E OPORTUNIDADES



Outras Entidades

Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS)

- Manteve como prioridade estratégica, a participação ativa na Confederação, através da presença do representante da Federação, nos Conselhos Gerais bem como através da presença de elementos oriundos das nossas filiadas em outros órgãos sociais da referida Confederação.
- Consolidou a sua participação, no âmbito das matérias da área da Deficiência constantes no Compromisso de Cooperação 2017-2018, nos Grupos de Trabalho do Departamento Técnico, respeitantes à Intervenção Precoce, Centros de Recursos para a Inclusão e Formação Profissional.

Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH)

- Participou ativamente no Observatório, no âmbito das atividades do Conselho Consultivo, e na monitorização da aplicação da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.
- Continuou a participação ativa no âmbito do Grupo de Trabalho sobre a Interdição e Inabilitação. O trabalho desenvolvido por este grupo visou ampliar a participação das pessoas com deficiência e suas organizações no processo legislativo de alteração do Código Civil (Inabilitação e Interdição).
- Reunião com a Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência com o Grupo de trabalho do Observatório sobre Interdição e Inabilitação, que teve como principal foco apresentar as preocupações que giram em torno desta temática, bem como a necessidade das Organizações representativas estarem presentes e darem contributos no Processo de alteração do Código Civil (Interdição e Inabilitação).
- No âmbito do processo de Consulta Pública sobre o “Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI) – Assistência Pessoal”, o Observatório e os membros do seu Conselho Consultivo elaboraram documento com sugestões/comentários à proposta apresentada pelo Governo.

Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH) Cont.

- Ainda, no âmbito do processo de Consulta Pública sobre a proposta de alteração do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, o Observatório e os membros do seu Conselho Consultivo elaboraram documento com sugestões/comentários à proposta apresentada pelo Governo.
- A Federação esteve envolvida na organização do II Encontro do ODDH – Deficiência, Cidadania e Inovação Social, onde foi apresentado o relatório das Pessoas com Deficiência e Indicadores de Direitos Humanos 2017, realizado a 13 de dezembro no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

FORMEM

- Consolidou o trabalho de parceria entre Federações no sentido de aprofundar o desenvolvimento estratégico a assumir no âmbito da formação e emprego das Pessoas com Deficiência e Incapacidades.
- Foram desenvolvidas iniciativas conjuntas, tais como Encontros e Formações, tendo as filiadas de ambas as Federações participado em igualdade de circunstâncias.

Federação Ibero-americana de Síndrome de Down (FIADOWN)

- Foram reforçados os contactos no sentido de se aprofundar a ligação com o Instituto Ibero-americano de Investigação e Apoio à Deficiência Intelectual (INIBEDI), com a Universidade da Estremadura, sediada em Badajoz e com a Universidade de Salamanca.

**Outros
contributos**

- No sentido de contribuir para o debate público sobre o Modelo de Apoio à Vida Independente e Prestação Social para a Inclusão a HUMANITAS elaborou os documentos, que foram enviados às entidades que promoveram a consulta pública.

- A HUMANITAS esteve presente no Colóquio *Direitos das Pessoas com Deficiência*, organizado pelo Centro de Estudos Judiciários, integrando o painel relativo a “O processo de interdição e inabilitação: questões práticas”.

- A HUMANITAS esteve presente no Debate sobre Políticas de Integração da Pessoa com Deficiência, organizado pelo Gabinete de Estudos do CDS.

- Participação na audição conjunta de várias entidades a convite do Grupo de Trabalho da Comissão de trabalho e Segurança Social para pronuncia sobre os seguintes Projetos de Lei: Projeto de Lei 462/XIII - Cria a licença específica de prematuridade ou de internamento hospitalar de recém-nascido; Projeto de Lei 461/XIII - Alarga a proteção na parentalidade aos progenitores com filhos com deficiência ou doença rara; Projeto de Lei 456/XIII - Cria o Regime Excepcional de Indexação das Prestações Sociais dos Deficientes das Forças Armadas; Projeto de Lei 455/XIII - Proceda à 11.ª Alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, à 4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, e à 3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2009, majora o período de licença parental, em caso de nascimento de criança com deficiência ou doença rara, em 60 dias e cria a licença parental para nascimento prematuro, associado a deficiência ou doença rara, com mais de 6 semanas antes da data presumível do parto

- Reunião com a Secretária de Estado da Inclusão das pessoas com Deficiência no âmbito do processo de Consulta Pública do Modelo de Apoio à Vida Independente – Assistência Pessoal e de Prestação Social para Inclusão, onde foram partilhadas algumas propostas de melhoria em ambos os documentos, tendo como foco a Deficiência Intelectual.

Durante o exercício de 2017 os Custos, Proveitos e Resultados foram os seguintes:

<i>Designação</i>	<i>Montante</i>
Custos operacionais	78.562,85€
Proveitos operacionais	86.242,43€
Resultados operacionais	7.679,58€
Resultados correntes	7.679,58€
Resultado líquido do exercício	7.649,08€

ASSIM:

Face ao que atrás se enuncia e expõe vimos propor que o Resultado Líquido do Exercício **7.649,08€** seja transferido para os Resultados Transitados.

A Direcção da HUMANITAS

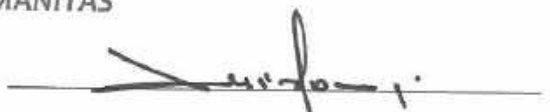
Presidente – Luís Manuel Dinis Correia

Vice-Presidente – Luís Filipe Rodrigues

Secretário – Rosa Maria Mendes Moreira

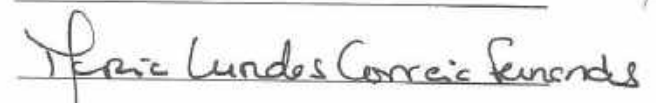
Tesoureiro – Rui Miguel Correia Ramos

Vogal – Maria Lurdes Correia Fernandes



Luís Filipe Rodrigues

Rosa Maria Mendes Moreira



Lisboa, 9 de março de 2018